

LEI Nº 3.322, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Revogada pela Lei nº. 3.820/2023

~~DISPÕE SOBRE O DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL USUÁRIA DE CÃO-GUIA DE INGRESSAR E PERMANECER COM O ANIMAL EM TODOS OS LOCAIS PÚBLICOS OU PRIVADOS DE USO COLETIVO NO MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES.~~

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprovou e o Prefeito Municipal de Alegre sanciona a seguinte LEI:~~

~~**Art. 1º.** A pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia tem o direito de ingressar e permanecer com o animal em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo.~~

~~**§1º.** O ingresso e a permanência de cão em fase de socialização ou treinamento nos locais previstos no caput somente poderá ocorrer quando em companhia de seu treinador, instrutor ou acompanhantes habilitados.~~

~~**§2º.** É vedada a exigência do uso de focinheira nos animais de que trata esta Lei, como condição para o ingresso e permanência nos locais descritos no caput.~~

~~**§3º.** Fica proibido o ingresso de cão-guia em estabelecimentos de saúde nos setores de isolamento, quimioterapia, transplante, assistência a queimados, centro cirúrgico, central de material e esterilização, unidade de tratamento intensivo e semi-intensivo, em áreas de preparo de medicamentos, farmácia hospitalar, em áreas de manipulação, processamento, preparação e armazenamento de alimentos e em casos especiais identificados e determinados pela Secretaria de Saúde do Município.~~

~~**§4º.** O ingresso de cão-guia é proibido, ainda, nos locais em que seja obrigatória a esterilização individual.~~

~~**§5º.** No transporte público, a pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia ocupará, preferencialmente, o assento mais amplo, com maior espaço livre à sua volta ou próximo de uma passagem, de acordo com o meio de transporte.~~

~~**§6º.** A pessoa com deficiência visual e a família hospedeira ou de acolhimento poderão manter em sua residência os animais de que trata esta Lei, não se aplicando a estes quaisquer restrições previstas em convenção, regimento interno ou regulamento condominiais.~~

~~**§7º.** É vedada a cobrança de valores, tarifas ou acréscimos vinculados, direta ou indiretamente, ao ingresso ou à presença de cão-guia nos locais previstos no caput.~~

~~**Art. 2º.** Para os efeitos desta Lei, considera-se:~~

~~**I** — Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05º no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3º e 0,05º no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;~~

~~**II**—Local público: aquele que seja aberto ao público, destinado ao público ou utilizado pelo público, cujo acesso seja gratuito ou realizado mediante taxa de ingresso;~~

~~**III**—Local privado de uso coletivo: aquele destinado às atividades de natureza comercial, cultural, esportiva, financeira, recreativa, social, religiosa, de lazer, educacional, laboral, de saúde ou de serviços, entre outras;~~

~~**IV**—Treinador: profissional habilitado para treinar o cão;~~

~~**V**—Instrutor: profissional habilitado para treinar a dupla cão e usuário;~~

~~**VI**—Família hospedeira ou família de acolhimento: aquela que abriga o cão na fase de socialização, compreendida entre o desmame e o início do treinamento específico do animal para sua atividade como guia;~~

~~**VII**—Acompanhante habilitado do cão guia: membro da família hospedeira ou família de acolhimento;~~

~~**VIII**—Cão guia: animal castrado isento de agressividade, de qualquer sexo, de porte adequado, treinado com o fim exclusivo de guiar pessoas com deficiência visual.~~

~~**Art. 3º.** Fica vedada a utilização dos animais de que trata esta Lei para fins de defesa pessoal, ataque, intimidação ou quaisquer ações de natureza agressiva, bem como para a obtenção de vantagens de qualquer natureza.~~

~~**Parágrafo único.** A prática descrita no caput deste artigo é considerada como desvio de função, sujeitando o responsável à perda da posse do animal e a respectiva devolução a um centro de treinamento, preferencialmente àquele em que o cão foi treinado.~~

~~**Art. 4º.** A identificação do cão guia e a comprovação de treinamento do usuário dar-se-ão por meio da apresentação dos seguintes itens:~~

~~**I**—Carteira de identificação e plaqueta de identificação, expedidas pelo centro de treinamento de cães guia ou pelo instrutor autônomo, que devem conter as seguintes informações:~~

~~**a)** No caso da carteira de identificação:~~

~~**1.** nome do usuário e do cão guia;~~

~~**2.** nome do centro de treinamento ou do instrutor autônomo;~~

~~**3.** número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica—CNPJ do centro ou da empresa responsável pelo treinamento ou o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas—CPF do instrutor autônomo;~~

~~**4.** foto do usuário e do cão guia;~~

~~**b)** No caso da plaqueta de identificação:~~

~~**1.** nome do usuário e do cão guia;~~

~~**2.** nome do centro de treinamento ou do instrutor autônomo; e~~

~~**3.** número do CNPJ do centro de treinamento ou do CPF do instrutor autônomo;~~

~~**II**—Carteira de vacinação atualizada, com comprovação da vacinação múltipla e anti-rábica, assinada por médico veterinário com registro no órgão regulador da profissão;~~

~~**III**—Equipamento do animal, composto por coleira com plaqueta de identificação, guia e arreio com alça, presa à coleira, com a inscrição cão guia em treinamento, aplicando-se as mesmas exigências de identificação do cão guia, dispensado o uso de arreio com alça.~~

~~**a)** O usuário de cão guia treinado por instituição estrangeira deverá portar a carteira de identificação do cão guia emitida pelo centro de treinamento ou~~

~~instrutor estrangeiro autônomo ou uma cópia autenticada do diploma de conclusão do treinamento no idioma em que foi expedido, acompanhada de uma tradução simples do documento para o português, além dos documentos referentes à saúde do cão-guia, que devem ser emitidos por médico veterinário com licença para atuar no território brasileiro, credenciado no órgão regulador de sua profissão.~~

~~**Art. 5º.** Os centros de treinamento e instrutores autônomos reavaliarão, sempre que julgarem necessário, o trabalho das duplas em atividade, devendo retirar o arreo da posse do usuário caso constatem a necessidade de desfazer a dupla, seja por inaptidão do usuário, do cão-guia, de ambos ou por mau uso do animal.~~

~~**Art. 6º.** Os centros de treinamento deverão ser qualificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO.~~

~~**Art. 7º.** Os treinadores e instrutores de cão-guia deverão ter autorização de capacitação técnica conforme regras da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.~~

~~**Art. 8º.** O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, em especial as sanções que o infrator estará sujeito em caso de descumprimento do disposto no art. 1º, sem prejuízo das sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis.~~

~~**Art. 9º.** A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e a Secretaria Municipal de Educação realizarão campanhas publicitárias, inclusive em parceria com demais entidades ligadas à pessoa com deficiência, para informação da população a respeito do disposto nesta Lei, sem prejuízo de iniciativas semelhantes tomadas por outros órgãos do Poder Público ou pela sociedade civil.~~

~~**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

Alegre (ES), 21 de novembro de 2014.

PAULO LEMOS BARBOSA
Prefeito Municipal